Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS MeTAS FISCAIS

segundo Quadrimestre de 2022 e

apresentação das peças orçamentárias para o ano de 2023

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 152

Às treze horas e trinta minutos do dia 30 de setembro de 2022, reuniram-se na Câmara de Vereadores do Município de Anchieta, cito à Rua Vereador Geraldo Garlet, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avalição do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2022 e apresentação das Peças Orçamentárias para o Exercício de 2023, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o público em geral. A Contadora Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada até o segundo quadrimestre de 2022, sendo esta de R$ 25.297.366,28, alcançando uma média mensal de R$ 3.162.170,79. Quanto as Metas de Arrecadação, destacou-se que a receita prevista para todo o ano de 2022 foi de R$ 27.340.000,00 e para o quadrimestre R$ 16.604.290,32, tendo o município de Anchieta, desta forma, cumprido a meta, com uma diferença positiva de R$ 8.693.075,96. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassada que a mesma atingiu, até o segundo quadrimestre de 2022, R$ 31.073.606,75. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, sendo que a receita efetivamente realizada registra o montante de R$ 22.168.276,47 para as Receitas Correntes e R$ 3.129.089,81 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R$ 25.297.366,28. Neste momento, a palavra fora passada a Auditora de Controle Interno, Fernanda Frizzo Crivelatti, que demonstrou, quanto as despesas, que o total realizado até o quadrimestre foi de R$ 20.441.919,46, sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado da análise do confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas demonstra valores Positivos, na ordem de R$ 4.855.446,82. Acerca da aplicação dos recursos em Saúde, que atingiram 23,09%, evidenciou-se o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 6.180.171,29, constatou-se que R$ 2.272.414,89 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 3.907.756,40 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 26.65% das receitas resultantes de impostos e transferências, alcançando, portanto, o percentual mínimo exigido. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 5.900.390,41. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto até o quadrimestre em análise o montante de R$ 2.948.719,06 o que equivale a 88,53% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 70%. Em seguida, tratou-se da aplicação dos 90% dos recursos do FUNDEB em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo o município aplicado 89,84% nestas ações. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 45,81% e o Poder Legislativo 1,95%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 47,76%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Em seguida, a Contadora Eliza, tomou a palavra novamente, explicando, resumidamente, a função das três peças orçamentárias, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Após apresentou-se o orçamento para o exercício financeiro de 2023, por órgão, que totalizou R$ 40.900.000,00. Quanto às despesas por natureza, explicou-se que R$ 19.758.151,00 fora destinado a folha de pagamento, R$ 18.023.077,12 para o custeio geral, R$ 3.018.771,88 para investimentos e R$ 100.000,00 na Reserva de Contingência, concluindo-se, ainda, que 70,92% do orçamento é formado por recursos próprios e 29,08% por recursos vinculados e outras fontes. Em seguida, abriu-se espaço para questionamentos e para finalizar, o Prefeito Municipal, Ivan José Canci, ressaltou a importância da participação popular na elaboração do orçamento de cada ano, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 30 de setembro de 2022.